



INSTITUTOS NA MIRA

falta de investimento financeiro e medidas políticas inconsequentes
põem em risco futuro dos institutos federais **p3**



Temer corta R\$11,7 milhões
do IFC **p4**

Campanha aponta problemas
no ponto eletrônico no IFC **p4**

agenda sindical



agosto 9º Fórum Nacional
23 a 26 das CIS

Fórum com representantes das Comissões Internas de Supervisão do Plano de Carreira dos TAEs (PCC-TAE) ocorre em Garopaba. O evento mapeará a realidade de atuação das CIS e a aplicação do PCCTAE nas instituições do país e debaterá perspectivas de futuro. Contará com Grupos de Trabalho e pretende lançar uma carta que resuma suas discussões.

setembro Seminário SINASEFE
21 a 23 Região Sul

Evento em Florianópolis reúne seções sindicais dos estados do Sul (PR, SC e RS) para debates como as reformas trabalhista e da previdência, a defesa da Rede Federal contra ataques como o congelamento dos gastos (EC 95), a reforma do ensino médio e a proposta de Base Nacional Comum Curricular, além da carreira da categoria. Mais informações em nosso site.

Cortes na educação: a crise como projeto

Nos últimos anos se tornaram recorrentes uma série de notícias que dão conta das dificuldades orçamentárias enfrentadas por órgãos federais ligados ao ensino e à pesquisa. Desde 2014 observa-se uma drástica redução nos recursos tanto para custeio dessas instituições como para investimento em equipamentos ou mesmo para a realização de obras. **Todos que trabalham ou estudam nos institutos e universidades federais vem percebendo as dificuldades enfrentadas por essas instituições, que vão desde o financiamento das pesquisas até a compra de materiais de uso básico cotidiano.**

No horizonte estão parcerias com o setor privado e uma formação superior pública de qualidade apenas para os mais ricos

Passado o período de expansão da educação federal, com um aumento de vagas e de discentes matriculados, o que se percebe atualmente é a estagnação, iniciada ainda no governo Dilma Rousseff. Esse é o marco para a aplicação das políticas de contingenciamento de recursos, onde o orçamento aprovado não é disponibilizado integralmente ou é repassado

de forma extremamente lenta. Aprofundando essa política, no governo Temer foi aprovada a Emenda Constitucional 95, que limita os investimentos públicos por vinte anos.

Essas políticas de austeridade explicitam um projeto político que coloca como objetivo a redução de custos em educação, saúde e programas sociais, considerados gastos muito elevados para o Estado. No horizonte está a constituição de parcerias com o setor privado, diminuindo o acesso à educação e oferecendo uma formação superior pública e de qualidade somente para os setores mais ricos da população. Paralelamente, a pesquisa estaria voltada para responder aos interesses dos setores empresariais e sua necessidade de obtenção de lucro.

As instituições federais de ensino não atendem aos interesses do governo, voltados para as grandes empresas e para o capital externo, colocando-se a necessidade de reestruturar a educação, diminuindo custos em investimento e em pessoal e até mesmo reduzindo vagas. Para os sindicatos, fica a tarefa tanto de defender as mínimas conquistas existentes como de repensar um projeto de educação pública, gratuita e para todos que responda aos interesses dos trabalhadores. ✕

**Por conta das férias letivas e do contingente menor de servidores, o EDUC>ação não circulou no mês de julho, retornando em seu terceiro número para os meses de agosto/setembro. **O título deste editorial é baseado na frase de Darcy Ribeiro, "A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto".*



EDUC>ação, o boletim informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção Litoral SC. Representante dos docentes e técnico-administrativos em educação das unidades Araquari, Blumenau (Campus e Reitoria), Brusque, Camboriú, São Bento do Sul e São Francisco do Sul do Instituto Federal Catarinense.

BIÊNIO 2017-2019
VOZES EM LUTA

Coordenação Geral Rosana Cuba e Frederico Andres Bazana
Secretaria Geral Luciana Colussi (Suplente-Renilse Batista) | **Tesoureira Geral** Flávia Walter (EdvAnderson dos Santos) | **Comunicação e Formação Política e Sindical** João Cichaczewski (Michel Silva)

Assuntos Legislativos e Jurídicos Mario Ferreira (Joseane Kammer) | **Pessoal** Jorge dos Santos (Daniel Minuzzi) | **Representação Unidades Araquari/SFS/SBS** Patricia Bomfanti (Vera Lúcia da Silva) | **Brusque/Camboriú** Evandina da Silva (Alessandro Becker) | **Reitoria/Blumenau** Marco Antonio dos Santos

SINASEFE Litoral Rua Porto Alegre, 169, ap 101. Centro, Camboriú. **Jornalista responsável** João Moura MTB 17324/RS

☎ 47 2104-0881 | 3365-1982 🌐 sinasefe-ifc.org/litoral **Fechamento e tiragem desta edição** 12/08/18 | 600

✉ coordenalitoral@sinasefe-ifc.org | secretaria@sinasefe-ifc.org | comunicacionalitoral@sinasefe-ifc.org 📺 /sinasefelitoral

FUTURO AMEAÇADO

Completando uma década de existência, Institutos enfrentam desafios que ameaçam sua continuidade

Quando em 2014 a presidenta Dilma Rousseff estabeleceu como *slogan* de mandato a frase “Brasil, Pátria Educadora”, sua ideia era dar um sinal claro: o poder executivo havia escutado o clamor das ruas dos atos de 2013 e aumentaria o investimento no sistema educacional do país.

Sua campanha de reeleição tinha utilizado o crescimento dos Institutos Federais, entre outras políticas, como uma das marcas das mudanças dos governos PT. Do final da campanha em diante, no entanto, o que se viu foi na contramão das propostas apresentadas aos eleitores.

Ainda no governo de Rousseff deu-se o início da onda de cortes de verbas no sistema educacional, apontando retração nos esforços para o desenvolvimento das instituições como os IFs. E a mudança de governo ocorrida em 2016 só fez aprofundar o viés de desinvestimento.

Com Temer, os Institutos viram minguar verbas para investimentos e para própria manutenção da estrutura já existente (*leia na p.4 texto sobre os cortes no IFC em 2018*). O CONIF, Conselho que reúne dirigentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, afirmava, já em 2016, que os IFs haviam chegado “ao limite de ajustes”.

O Conselho mostrava que a Rede, que havia duplicado a quantidade de alunos e ampliado em um terço o número de *campi* entre 2012 e 2016, receberia menos recursos de custeio em 2017 do que em 2012 quando descontada a inflação do período (R\$1,7 bi em 2012 - 2,1 bi em 2017).

Para Gabriel Magalhães Beltrão, sociólogo e professor do Instituto Federal de Alagoas, os cortes deterioraram a prestação dos serviços dos IFs, fazendo-os “trabalharem no limite e mesmo a reduzir atividades de extensão, pesquisa e ensino”. Isso sem contar a entrada em vigor da Emenda Constitucional 95 em 2017, que impossibilita novos investimentos nos setores públicos.

“Por hora estamos sendo destruídos aos poucos, estão nos matando por inanição”, afirma. De acordo com o professor, mantendo-se as políticas atuais no próximo governo federal, a previsão é de que medidas ainda mais duras poderão ser propostas.

Ele exemplifica algumas dessas medidas: “a mudança do escopo legal dos IFs - esvaziando sua formação de ensino médio integrado com ensino, pesquisa e extensão, fechamento de unidades, estadualização e/ou municipalização de *campi*, exigência de convênios com a iniciativa privada como forma de financiamento dos IFs mais consolidados e nas regiões mais ricas e enxugamento do quadro, com a exoneração de servidores”.

Aliam-se aos problemas financeiros, desafios políticos impostos pelo governo Temer. Voltada aos anseios do mercado, a reforma do Ensino Médio tem potencial para descaracterizar o modelo de ensino dos Institutos. De acordo com Beltrão, a reforma acabaria com a perspectiva integrada de educação apresentada na lei que criou os IFs (11.892/2008).

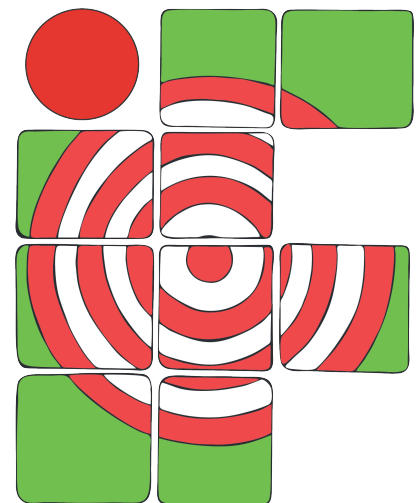
“Seríamos constrangidos à formação mais rasteira possível dos estudantes, estritamente vin-

culada às demandas do mercado, em prejuízo de uma formação unitária, para o trabalho e para a vida em sociedade”, afirma o professor do IFAL.

Para completar o quadro de ameaças, surgiu no horizonte a chamada “reorganização” dos IFs do país, com a criação de uma dezena de novos Institutos e grande alteração no quadro de *campi* existentes. Para Beltrão, a proposta tem viés antidemocrático, já que nem mesmo os gestores dos Institutos foram consultados para sua criação. Além disso, a classificação como onerosa e ineficiente, “uma medida estapafúrdia”, avalia.

Diretor do SINTIETFAL, seção local do SINASEFE em Alagoas, Gabriel defende a pressão popular para a manutenção dos Institutos. “É essencial que os sindicatos e o próprio CONIF abram mais fortemente o diálogo com a sociedade para se constituir uma ampla rede de solidariedade e defesa dos IFs. Só assim podemos nos fortalecer e enfrentar esse governo ou um próximo que mantenha uma política econômica privatista”. X

A entrevista completa com Gabriel M. Beltrão está em nosso site.



Campanha aponta problemas no ponto eletrônico no IFC



Ideia é conscientizar servidores sobre as inconsistências na implantação do sistema no Instituto

A partir da frase “Não Somos Ponto Eletrônico” cada um dos cartazes produzidos traz uma pessoa diferente retratada ao lado do mesmo robô.

A ideia é mostrar que as máquinas podem ser todas iguais, já os servidores da Educação são indivíduos distintos, todos com motivos para questionar a implantação de um controle produtivista da jornada de trabalho.

As frases fazem referência aos questionamentos da categoria durante a implantação, por parte da gestão do Instituto, do controle eletrônico. **Saiba mais em bit.ly/boicoteapontoIFC**

ESTAMOS EM NOVO ENDEREÇO!



**RUA PORTO ALEGRE, 169, AP 101
CENTRO - CAMBORIÚ**

Temer corta R\$11,7 milhões do IFC

Verba era conquista da Reitoria com bancada parlamentar

Em 12 de março deste ano passou a valer a Lei 13.633, que basicamente fez escoar R\$2 bilhões dos orçamentos de Ministérios como da Educação, Saúde e Justiça para o Fundo de Participação dos Municípios.

Desse total, R\$600 milhões saíram da Educação, sendo 278 mi dos Institutos Federais e 23,5 mi dos IFs de SC (IFC e IFSC).

O montante era a última parte ainda prevista de uma negociação realizada em 2017 entre as Reitorias do IFC e do IFSC e os parlamentares catarinenses no Congresso. Na época, o repasse esperado era de R\$50mi, via emendas parlamentares.

Em entrevista à época, Sônia Regina Fernandes, reitora do IFC, afirmou que a verba era “fundamental para darmos continuidade a obras paralisadas, para a cons-

trução de refeitórios, moradia estudantil, salas de aula e laboratórios”. Após os sucessivos cortes, no entanto, nenhum centavo de fato chegará.

Mesmo sem estes recursos, a gestão garante que o orçamento para manter as atividades do IFC não foi afetado. Segundo Stefano Moraes Demarco, Pró-Reitor de Administração, “não é um percentual do orçamento previsto que se perde, mas um recurso não considerado para as despesas correntes”.

De acordo com ele, a verba seria alocada em ações que o orçamento do Instituto já não cobre atualmente dada a falta de reajustes no orçamento para compensar a inflação dos últimos anos. X

Confira a íntegra dessa notícia em <http://bit.ly/TemerCorteIFC>

Debate

Evento em Blumenau marcou 200 anos de Marx

Debate organizado pela Seção celebrou teórico alemão

Militante político de extensa biografia, Karl Marx deu origem a perspectiva que leva o seu nome, o marxismo, ao propor avanços no método científico aplicados até hoje em diversas áreas das ciências.

No debate ocorrido no Auditório do Bloco T da FURB, em Blumenau, no dia 05 de julho, Luiz Gustavo Assad Rupp, advogado e professor da UNIVILLE, e Nelson Garcia Santos, professor de Sociologia na FURB, apresentaram suas perspectivas sobre a validade das ideias de Marx para interpretação da atualidade, retomando sua biografia e contribuições fundantes para a política.

Grande estudioso do capitalismo, para Luiz Gustavo a atualidade do pensamento do teórico só poderia ser colocada em questão quando este sistema for superado.



Garcia Santos falou do método desenvolvido por Marx, o Materialismo Histórico Dialético, destacando como sua concepção alia a crítica (materialista) à história e à contradição inerente ao objeto analisado (dialética).

Militante por toda a vida, ele ainda formulou as bases do chamado “socialismo científico” e dizia que “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”. 200 anos depois, as contribuições de Marx seguem transformadoras. X